



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**UNIDADE EM CRUZ ALTA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**PAULA ARRUDA DA COSTA DA SILVA**

**A INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: o que dizem as pesquisas**

**Cruz Alta**

**2024**

**PAULA ARRUDA DA COSTA DA SILVA**

**A INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: o que dizem as pesquisas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção do título de Licenciado  
em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande  
do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Helenara M.de Souza

**CRUZ ALTA**

**2024**

Catálogo de Publicação na Fonte

S586i Silva, Paula Arruda da Costa da.  
A inserção da criança autista nos anos iniciais do ensino fundamental: o que dizem as pesquisas / Paula Arruda da Costa da Silva. – Cruz Alta, 2024.  
43 f.

Orientadora: Prof. Helenara M.de Souza.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Pedagogia - Licenciatura, unidade em Cruz Alta, 2024.

1. Apicultura. 2. Abelhas. 3. Produtividade. 4. Mel. 5. Colmeias. 6. Qualidade do mel. 7. Agricultura familiar. 8. Monocultivo. 9. Polinização. 10. Estiagem. I. Meirelles, Rafael Narciso. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Lais Nunes da Silva CRB10/2176.

**PAULA ARRUDA DA COSTA DA SILVA**

**A INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL: o que dizem as pesquisas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra Helenara M. de Souza  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

---

Prof. Me. Odilon Antonio Stramare  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Armgard Lutz  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - (Uergs)

**CRUZ ALTA**

2024

Dedico ao meu esposo, pelo amor, dedicação, incentivo e por nunca desistir de mim. Aos meus pais, pelo auxílio que me foi ofertado. E as minhas filhas, pela paciência, para que eu pudesse concretizar esse sonho. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à Deus por toda a sustentação, pela sabedoria, pela vida e por ter colocado em meu caminho pessoas que não mediram esforços para me amparar e ajudar nesta caminhada que é a minha graduação. A estas pessoas os meus sinceros agradecimentos.

À minha família, as minhas filhas, que muitas vezes deixei chorando em casa e que mesmo assim entenderam minha ausência. Ao meu marido, Júnior, pela compreensão dos momentos que precisei me ausentar para realização desse sonho que é a Pedagogia.

Aos meus pais, irmãos e familiares, que mesmo distantes, se fizeram presentes, com mensagens de incentivo, carinho e apoio para que eu fosse até o fim com muita determinação.

A Profa. Dra. Helenara M. de Souza, minha orientadora, por ter me acolhido e por acreditar em mim cada vez mais. Por suas orientações, pelo compartilhar de conhecimentos e materiais que me ajudaram na realização deste TCC. E pela confiança, carinho e paciência comigo desde o início dessa caminhada.

A minha amiga Carine, que conheci na graduação e que ficamos muito próximas, obrigada pelo carinho e incentivo e torço para que essa amizade continue por muitos anos ainda.

E a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, me apoiaram e torceram por esta conquista da minha vida.

## RESUMO

A inserção da criança com Transtorno do Espectro Autista - TEA nos Anos Iniciais, na rede regular de ensino, representa não apenas um campo de pesquisa por onde ainda há muito a ser realizado. Representa um universo de muitos desafios e possibilidades para pais e/ou responsáveis, para professores e para equipes gestoras. Nesse sentido, o estudo aqui apresentado surge da necessidade de identificar como é discutida a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelas pesquisas realizadas e publicadas no formato de artigo, no portal de periódicos da Capes. A partir deste propósito, optou-se pela realização de um estudo de cunho bibliográfico, em que se considerou como objeto pesquisas sobre a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizadas entre os anos de 2019 a 2023 e publicadas no Portal de Periódicos da Capes. Os dados foram identificados a partir de uma ficha e analisados de forma qualitativa. Desta forma, foi possível verificar que as crianças autistas enfrentam algumas dificuldades para se sentirem acolhidas na rede regular de ensino, pois nem sempre este espaço atende suas especificidades. Verificou-se, também, que mesmo que exista uma legislação que reforça a importância das redes de ensino se prepararem para a inserção da criança autista na escola desde a fase inicial da Educação Básica, as dificuldades encontradas não se restringem apenas as questões estruturais, é preciso que haja mais investimentos na formação de professores e no suporte a essas famílias.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista (TEA). Criança. Educação Inclusiva.



## **ABSTRACT**

The inclusion of children with Autism Spectrum Disorder - ASD in the Early Years, in the regular education network, represents not only a field of research in which there is still much to be done. It represents a universe of many challenges and possibilities for parents and/or guardians, teachers and management teams. In this sense, the study presented here arises from the need to identify how the inclusion of autistic children in the Early Years of Elementary School is discussed through research carried out and published in article format, on the Capes journal portal. Based on this purpose, it was decided to carry out a bibliographical study, in which the object was research on the inclusion of autistic children in the Early Years of Elementary School, carried out between the years 2019 and 2023 and published on the Portal de Capes periodicals. The data were identified from a form and analyzed qualitatively. In this way, it was possible to verify that autistic children face some difficulties in feeling welcomed in the regular education network, as this space does not always meet their specific needs. It was also found that even though there is legislation that reinforces the importance of education networks preparing for the inclusion of autistic children in school from the initial phase of Basic Education, the difficulties encountered are not restricted to structural issues alone, it is There needs to be more investment in teacher training and support for these families.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder (ASD). Child. Inclusive education.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

TEA – Transtorno do Espectro Autista

CEP-UERGS – Comitê de Ética em Pesquisa da Uergs

EMEF – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

RS – Rio Grande do Sul

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: É PRECISO RESGATAR A HISTÓRIA.....	13
2.2 CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	19
2.3 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	21
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	25
3.2 OBJETO.....	25
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	26
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	26
3.6 PROCEDIMENTO ÉTICOS.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS.....	27
4.2 A INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NOS ANOS INICIAIS.....	30
4.3 PERCEPÇÕES ELABORADAS A PARTIR DA ANÁLISE DAS PESQUISAS.....	38
5 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE.....	43

## 1 INTRODUÇÃO

A inserção da criança com Transtorno do Espectro Autista – TEA, em escolas da rede regular de ensino é repleta de desafios. Para a realização deste trabalho de Conclusão de Curso foi proposto verificar como é feita a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental analisando o que nos dizem as pesquisas.

Após a criação da lei de inclusão é notório o crescimento de crianças com deficiências matriculadas em escolas de ensino regular e é possível ver um grande aumento de crianças que aguardam para obterem um laudo médico, pois são crianças que possuem varias características do autismo.

Nesse contexto, a escola passa a ser um novo começo para essas crianças que precisam ser estimuladas e através das interações sociais ampliar o seu desenvolvimento, fazendo com que o educando autista cresça de forma cognitiva e socialmente. Cabe ao professor se adaptar e propor atividades que chame a atenção e que ajude no processo de aprendizagem.

O estudo intitulado “A inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o que dizem as pesquisas” visou responder o seguinte problema de pesquisa: como as pesquisas já realizadas discutem sobre a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

A partir dessa questão, definiu-se como objetivo geral: identificar como é discutida a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelas pesquisas realizadas e publicadas no formato de artigo, no portal de periódicos da Capes. E como objetivos específicos:

- Estudar sobre o contexto histórico que resultou no que se tem hoje sobre educação inclusiva;
- Conhecer a legislação sobre os direitos das crianças autistas;
- Verificar qual o papel da escola na inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Diante do problema de pesquisa e dos objetivos propostos, optou-se pela realização de um estudo de cunho bibliográfico, em que considerou-se como objeto pesquisas sobre a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizadas entre os anos de 2019 e 2023 e publicadas no Portal de Periódicos da Capes, a partir do seguinte link de acesso: - <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Os dados foram identificados a partir de uma ficha e analisados de forma qualitativa.

Justifica-se o interesse pelo tema no aumento do número de crianças em sala de aula diagnosticadas com TEA. A partir dessa evidência, cabe investigar sobre a inserção das crianças com autismo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, analisando o que nos dizem as pesquisas. É de suma importância, é essencial, que o portador de autismo tenha acesso à educação de qualidade, independente de suas necessidades ou diferenças.

O ambiente escolar representa um papel fundamental e deve oferecer um ambiente onde os alunos com autismo possam se sentirem acolhidos, respeitados e que recebam as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais alunos presentes na escola.

O trabalho está estruturado em capítulos, sendo o primeiro a introdução, na qual são apresentados o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos. No segundo capítulo consta o referencial teórico da pesquisa realizada. O terceiro capítulo vai trazer a questão metodológica.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, são apresentados alguns elementos a fim de compor o referencial teórico escolhido. O intuito é o de termos uma compreensão mais aprofundada, acerca da temática central do estudo.

### 2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: É PRECISO RESGATAR A HISTÓRIA

Tomar conhecimento dos principais documentos legais que norteiam a educação inclusiva, desde os anos 1990 até agora, será o primeiro passo de uma educação inclusiva de qualidade para todos, tanto no âmbito familiar, como no escolar a fim de favorecer um atendimento igualitário entre estudantes de necessidades especiais e demais discentes.

Em 1994 houve a declaração de Salamanca que veio para definir políticas, princípios e práticas da educação especial. Ela auxiliou na expansão do conceito de necessidades educativas especiais e indicou que todos que apresentavam uma deficiência tinham acesso à escola e ao atendimento de suas necessidades.

Em 1996 a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96 no seu artigo 59,

preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

Com essa lei as redes de ensino passam a ter o dever de disponibilizar todos os recursos necessários que os alunos portadores de necessidades especiais necessitam, bem como os demais estudantes.

Já no ano 2000, implantada pelo MEC, passa a valer uma política denominada “Educação Inclusiva”, quando os alunos com deficiências passam a ser matriculados em escolas públicas, em salas de recursos multifuncionais, acompanhados (ou não) de um atendimento educacional especializado. Segundo Scotto, ele afirma que:

Educação Inclusiva exige o atendimento de Necessidades Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa- escolas e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de

desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de salas comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança (Scotto, 2008).

Como nos diz Scotto, a diversidade é uma condição dos seres humanos desde o DNA de cada um, portanto, a inclusão é decorrente da compreensão do conceito de diversidade. A inclusão não se reduz aos que apresentam alguma necessidade especial, trata-se de incluir a todos de forma igualitária no espaço educacional preservando assim a diversidade.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172 (Brasil, 2001), destacou que “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Aqui a lei nos diz que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos e liberdades que as demais pessoas.

A lei nº 10.436/02 (Brasil, 2002), reconhece a língua Brasileira de sinais- libras como meio legal de comunicação e expressão, tornando-a disciplina no currículo nos cursos de pedagogia e fonoaudiologia. Também a portaria nº 2.678/02 do MEC aprova o ensino do BRAILLE em todas as modalidades de ensino, sendo seu uso recomendado em todo território nacional.

Em 2006, a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, aprovada pela ONU, adotou medidas para garantir que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (ART. 24, Brasil, 2005).

Aqui passa a ser proporcionado a todas as pessoas com deficiência o acesso ao ensino inclusivo nas modalidades de ensino nas escolas regulares.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, que trouxe como eixos fundamentais a formação de professores para a educação especial, implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e o acesso e permanência das pessoas com deficiências no ensino superior.

A lei 13.146/2015 institui o Estatuto da pessoa com deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais. E, com isso, realizar a inclusão social e a cidadania de todas as pessoas com deficiências.

Em seu Art. 2º, dá a definição de pessoa com deficiência: “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual

ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A Lei “Berenice Piana” como foi denominada a política 12.764/12 que foi criada em 27 de dezembro de 2012, sendo especificamente para os autistas e que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. A lei foi feita em homenagem a Berenice Piana, mãe de um autista chamado Dayan, a própria leu vários livros sobre autismo para assim poder descobrir qual problema seu filho tinha. Berenice lutou para que os direitos fossem reconhecidos numa lei. Com esta conquista os autistas passam a ser reconhecidos como pessoas com deficiência (art. 1º&2º).

Tal reconhecimento traz para os familiares dos autistas uma garantia de melhor qualidade de vida para os mesmos, sendo garantido o serviço de assistência social do município onde residem, bem como o direito à educação.

Devemos destacar também o estímulo à participação social que a lei traz, demonstrando assim a importância de ações políticas e atendimentos aos indivíduos com TEA, pois eles necessitam de serem acompanhados por vários profissionais para se desenvolverem.

No seu artigo 3º, estipula os direitos da pessoa com autismo bem como:

Art. 3º: São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - O acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

(Brasil, 2012).

A lei trata de questões importantes como: que o autista não será submetido a tratamento desumano ou degradante, que não será privado do convívio familiar e nem discriminado por sua deficiência, trata também de questões de educação e saúde, bem como a garantia de não ter a sua matrícula negada nos estabelecimentos de ensino.

Apesar de existir a lei Berenice Piana que traz vários direitos garantidos por lei aos autistas, ainda não se nota a existência de normas eficientes e suficientes que façam com que as leis existentes sejam eficazes.



Contudo a Lei nº 13.977, de 2020 vai incluir na Lei 12.764 no seu artigo 1º: 3º: “Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com Transtorno do Espectro Autista”.

O acesso à educação é garantido por lei e é dever dos responsáveis cumprirem-na, pois todos têm direito a uma educação inclusiva, pública e gratuita. Este direito é garantido no Art. 208, da Constituição Federal de 1988, o qual vai estabelecer que as pessoas com necessidades especiais tenham o direito à educação preferencialmente no ensino regular (BRASIL, 1988). Dessa maneira, as pessoas com deficiência, devem ser incluídas no ensino regular ainda na educação infantil:

[...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (Dutra et al., 2008, p. 16).

Aqui o autor nos traz a importância do lúdico na construção do conhecimento e desenvolvimento da criança com deficiência na etapa da Educação Infantil.

O texto da Constituição Federal de 1988 vai nos trazer sobre os valores básicos da igualdade de tratamento, bem como respeito à dignidade e o bem-estar da pessoa humana, além de outros valores normatizados pela Constituição. O Artigo 3º, Inciso I, da Constituição Federal de 1988 dispõe que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e entende-se que na justiça e solidariedade se encontram os pressupostos para se efetivar a igualdade, mencionada no caput do Art. 5º.

Sendo assim a Constituição de 1988 nos traz os direitos básicos necessários as pessoas com deficiência como direito a saúde, ao trabalho, a educação, a previdência social, ao lazer, bem como tantos outros que afastem qualquer tipo de preconceito e discriminação. Desta forma, a Constituição deixa claro que uma sociedade que almeja a liberdade, ela fomenta a liberdade de locomoção, religião, sua preferência sexual, pensamento, bem como tantos outros tipos de liberdade.

O processo de inclusão na educação percorre um grande caminho para que possa ocorrer para o bem de todos e sem nenhum tipo de discriminação, tanto de raça, cor, sexo, idade, ou qualquer outra forma de preconceito. O que é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394, de 1996, quando propõe em seus artigos importantes pontos sobre a educação especial:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Neste artigo está a garantia de que todos os alunos com necessidades especiais têm direito a estudar no ensino regular e se isso não for possível deverão ter atendimento educacional em outro local apropriado a eles. Com certeza aqui é mostrado um grande avanço para a sociedade atual, pois no passado um portador de necessidades especiais não podia frequentar uma escola e era trancado dentro de casa, sem nenhum tipo de educação e convívio social e sendo muitas vezes até maltratados pelos próprios familiares.

Já segundo o artigo 59 da mesma lei:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Aqui neste artigo está assegurado aos educandos com necessidades especiais currículos, recursos, entre outros, bem como traz a importância de ter professores capacitados para a inserção destas crianças no ensino regular. Além de professores capacitados, deveria haver nas instituições de ensino recursos físicos e didáticos que visam atender as necessidades específicas desses alunos.

Dando continuidade a temática, no Art. 60, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional indica que:

Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público. Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Dessa forma, a legislação garante que o Poder Público fica responsável pela ampliação de mais escolas de ensino regular para atender a grande demanda de educandos com necessidades especiais.

Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, foi sancionada em 06 de julho de 2015 pela presidente Dilma Rousseff. Ela passou a ser conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, publicada em 07 de julho, e entrou em vigor no dia 04 de janeiro de 2016. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, prenuncia que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, desta forma, a lei 13146/2015 concede capacidade civil a todo portador de deficiência.

A Lei nº 13.146/15 é instituída como sendo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, descrevendo em seu artigo 1º que destina “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, não paginado). Ao estudarmos mais sobre a Lei o artigo 3º esclarece que para fins de aplicação da mesma, deve ser definido termos como:

I- acessibilidade; II- desenho universal; III- tecnologia assistiva; IV- barreiras; V- comunicação (Libras); VI- adaptações razoáveis; IX- pessoa com mobilidade reduzida; X Residências inclusivas (Suas); XI- moradia de independência da pessoa com deficiência; XII atendente pessoal; XIII- profissional de apoio escolar; XIV- acompanhante (BRASIL, 2015).

Os termos descritos são de suma importância, visto que estes possuem a intenção de amparar a aplicação dos artigos subsequentes. Podemos verificar que a Lei discorreu sobre a igualdade e a não discriminação, com a intenção de sustentar e proteger o direito à igualdade de possibilidades da pessoa com deficiência. Assim, a Lei segue abordando o direito ao atendimento prioritário, em que descreve no artigo 9º que toda pessoa com deficiência deve ter acesso aos serviços prioritários, visando propiciar:

I- proteção e amparo; II- suporte nas instituições e nos serviços públicos; III oferecer recursos tecnológicos que promovam equidade; IV- desenvolver transporte coletivo com segurança e de fácil acesso; VI- restituir o imposto de renda; VII- dar prioridade nos processos judiciais e administrativos em que esta for parte, dentre outros (BRASIL, 2015).

A lei vai nos trazer nos capítulos 27, 28, 29 e 30, que a educação é um direito da pessoa com deficiência, na qual deve ser assegurado uma educação inclusiva em qualquer etapa de sua aprendizagem, visto que estas pessoas devem desenvolver suas aptidões, capacidades intelectuais e sociais em sua plenitude máxima (BRASIL, 2015). Aqui é notório o que a lei nos traz que todos sem exceção têm direito a aprender e se desenvolver.

## 2.2 CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Vários estudiosos procuram explicar as causas e consequências do autismo e acabam não tendo muitos avanços sobre como e o porquê deste transtorno. O autismo é uma maneira diferente de estar e ver o mundo, e essa diferença surge no cérebro.

O americano Leo Kanner foi o primeiro a realizar um estudo, baseado em 11 crianças com características individualizadas com relação às demais síndromes. Kanner primeiramente nomeou esse transtorno como “distúrbio autístico do contato afetivo” quando analisou no comportamento desde o nascimento um afastamento social dessas crianças. Em 1949 Kanner refere-se ao transtorno como “autismo infantil precoce”, identificando que os sintomas do autismo são primários e diferentes. Outros pesquisadores desenvolvem estudos a partir de Kanner com algumas transformações, como a relação do autismo a um déficit cognitivo e social.

Em 2007, o dia dois de abril foi designado como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo “para chamar atenção da população em geral para a importância de conhecer e tratar o transtorno, que afeta cerca de setenta milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde”. Mais tarde, no ano de 2018, o Brasil incluiu em seu calendário oficial o dia dois de abril como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo (FERNANDES, 2020, p. 1).

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigorosa, e três vezes maior se considerar casos correlatos, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (Mantoan, 1997, p. 13).

Os primeiros sintomas de crianças com autismo aparecem aos três anos de idade e envolvem o comprometimento de três áreas básicas como o comportamento, a interação social e a comunicação. Nesse sentido, Silva (2012, p. 25 - 26) destaca que:

As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes umas das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto. Elas buscam contatos sociais, mas não sabem o que fazer para mantê-los. O olhar nos olhos é o primeiro passo para mostrarmos intenção de se comunicar, porém, as crianças com autismo tendem a fazer pouco contato visual, elas não conseguem olhar nos olhos das pessoas, criando assim uma barreira na relação social.

O Transtorno do Espectro Autista pode ser classificado como leve, moderado e severo. As manifestações do autismo podem ser tanto na linguagem oral com ausência ou atraso dela, ausência no uso de gestos, ritmos e melodias peculiares, discursos baseados em assuntos de seu interesse, dificuldades em entender expressões faciais, dificuldade em estabelecer um diálogo.

No comportamental tem a necessidade de o autista estabelecer uma rotina, além dos movimentos repetitivos e as estereotípias presentes na maioria dos casos, resistência a mudanças, na interação social é recorrente ao autista a falta de reciprocidade bem como a dificuldade na socialização e o contato com o próximo, contato visual, imitação, interação espontânea.

Segundo Silva e Mulick (2009, p. 120), “[...] é também comum se observar crianças autistas fascinadas por certos estímulos visuais, como luzes piscando e reflexos de espelho bem como tendo certas aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas [...]” (Silva; Mulick, 2009, p. 120). Portanto, devemos reconhecer que cada autista por mais parecido que seja, nenhum é igual ao outro.

No sentido de cheirar, tocar e sentir, os autistas apresentam algumas alterações, pois é comum encontrá-los a cheirar, lambem e arranhar superfícies, a ele próprio ou a outras pessoas. Outra característica apresentada por eles é a falta de dor, calor e frio, pois apresentam uma grande dificuldade em identificar o desconforto. Contudo, segundo Asperg (1994) é possível encontrar com regularidade distúrbio de atenção nas crianças autistas. Essas crianças teriam dificuldade, desde o início, em dirigir sua atenção para os estímulos exteriores, prejudicando o desempenho escolar. Elas parecem seguir suas próprias ideias e não gostam de ser distraídas dos seus pensamentos.

Outras características que pelo menos metade dos autistas apresentam segundo a ASA (Autism Society of American) são: usa as pessoas como ferramenta, não se mistura com outras crianças, age como se fosse surda, resiste ao aprendizado, apresenta apego não apropriado aos

objetos, não demonstra medo de perigos, gira objetos de maneira peculiar, apresenta risos e movimentos não apropriados, resiste ao contato físico, acentuada hiperatividade física, às vezes é agressivo e destrutivo e apresenta medo e comportamento indiferente.

Existem alguns fatores que podem desencadear um colapso nervoso na pessoa com TEA: volumes altos, quebra nas atividades que a pessoa está acostumada a fazer diariamente, sustos, contrariedades, ambientes novos, espera prolongadas em filas, situações de conflitos em casa ou em outros ambientes, algumas texturas e cheiros (roupas, sapatos, perfumes, alimentos, etc), sair do que foi planejado.

Como ajudar o autista em momentos de crise: Retirar objetos perigosos do alcance, não tentar conter a força, a não ser, quando representar riscos para si ou a terceiros; não bater ou apertar; levar a pessoa para um local mais tranquilo; diminuir os estímulos (volumes, luzes, etc.); mude o foco do que tenha causado a crise.

O autismo não tem cura e dura por toda vida, tendo o indivíduo com este transtorno necessidades de cuidados específicos. Ainda, segundo Marcelo Martins (2019, p. 5), o Transtorno do Espectro Autista é uma síndrome intrigante, complexa e que, apesar de enormes avanços alcançados por meio de estudos, pesquisas, descobertas etc. ainda carecem de algumas respostas. Por isso, pode ser comparado com um grande quebra-cabeça.

### 2.3 INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Muito se tem questionado como é possível trabalhar o ensino e aprendizagem da criança com autismo. A criança que apresenta esse diagnóstico tem grandes dificuldades quando chega ao meio escolar devido a um ambiente com bastante ruído e pode apresentar atitudes não habituais. Por isso é preciso analisar os meios que devem basear-se na rotina, o uso do concreto, os aspectos sensoriais, para ver qual a maneira correta de utilização dos métodos de ensino pelo professor para melhor aprendizagem desses alunos.

É muito comum o docente sentir-se inseguro quando há em sua sala de aula um aluno autista, muitas vezes por se sentirem despreparados e inaptos a entender essa demanda diferente do habitual. Para Tereza Mantoan (2006) o discente tem que ser incluído e não segregado que, segundo ela, existe uma grande diferença entre os dois termos:

A integração escolar pode ser entendida como justaposição do ensino especial ou regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas comuns. Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2015, p. 27 - 28).

Para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e social da criança com autismo é necessário compreender como proceder com a criança com TEA em sala de aula para a melhoria do ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Portanto o professor deve buscar conhecimentos para poder auxiliar esse aluno. Por meio do convívio social e a interação com pessoas, o indivíduo com autismo vai se desenvolver e superar as características autistas e diminuir as estereotípias favorecendo a sua aprendizagem.

Para evitar momentos de incompreensão e desorientação é necessária a mediação do docente para melhor adaptação desse aluno. Antes de iniciar as aulas é preciso que a criança com TEA tenha experiência e conhecimento do ambiente, pessoas e atividades. Para que seja presente na escola um ambiente, materiais e atividades que a criança entenda por si só e possibilitem uma compreensão facilitada. Dessa forma é preciso exercitar ações adaptativas preventivas em relação a: mudanças, ambientes externos, ambientes internos, pessoas e rostos, percursos, sequências de ações, instruções, símbolos e códigos.

As pessoas com TEA devem ser incluídas na sociedade, pois a inclusão significa entender suas limitações e para que isso aconteça é necessário também que a criança seja incluída no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, tornando possível o contato com outras crianças, proporcionando o seu desenvolvimento. Contudo, o que se percebe é que existem profissionais que não estão capacitados para ensinar estudantes com TEA, e as escolas não possuem estrutura adequada para receber esse tipo de estudante (Oliveira; Veloso, 2017).

Para atestar a importância da educação inclusiva em escolas regulares, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, sob a Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que diz que “a educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos”, estabelecendo objetivos e metas para a educação especial (Brasil, 2001; Paulon, 2005; Carvalho, 2014). Dentro da legislação brasileira o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe, em seu Art. 3º que a criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes

todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Brasil, 1990).

A criança tem o direito de receber uma educação digna, de qualidade e sem nenhum prejuízo visando à formação integral do ser humano, como homem e, por conseguinte, sua formação para o mercado de trabalho (Oliveira; Veloso, 2017). Para tanto, é importante que a escola apresente uma proposta pedagógica para a realização da educação, bem como uma metodologia de ensino diferenciada, devendo dispor de material didático adequado, como por exemplo, quebra cabeças com sequência lógica (Carvalho, 2014).

A infraestrutura física, profissional e pedagógica para o desenvolvimento das estratégias de ensino, que deverão levar em consideração a realidade vivida pela comunidade escolar, vem sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas nas escolas brasileiras (Moraes et al., 2017).

A proposta de inclusão no Brasil é recente e para garantir não só o acesso, mas a permanência, bem como o progresso dos estudantes na escola, considerando o planejamento, o currículo e todo o processo vinculado à escolarização especializada, é necessária uma modificação na realidade da escola para que os professores possam trabalhar e saber lidar no dia a dia com as diferenças observadas entre os estudantes e, também aqueles com TEA (Brasil, 2015)

A permanência dentro do ambiente escolar é fundamental para o crescimento cognitivo e mental desses sujeitos, porém quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo (De Schipper et al., 2015). Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive, bem como para discussões acerca da maneira mais eficiente de educá-los (Oliveira; Veloso, 2017).

No entanto, crianças com TEA possuem todas as variações possíveis de inteligência, mas nem todos estão aptos à inclusão escolar, que está relacionada às condições da escola, a preparação dos profissionais, e as características da criança (Cintra; Jesuíno; Proença, 2015). Não é todo estudante que está apto a integrar uma unidade de ensino, sendo importante observar o comportamento e interação desse indivíduo para diferenciar as atividades pedagógicas com o intuito de facilitar a inclusão no novo ambiente (Oliveira; Paula, 2012; Khoury et al., 2014).



### **3 METODOLOGIA**

Neste capítulo é apresentada a metodologia utilizada na realização dessa pesquisa. Onde estão descritos os procedimentos utilizados, como: tipo de pesquisa, objeto de estudo, procedimentos de coleta e da análise dos dados, bem como os procedimentos éticos.

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

O presente estudo foi realizado a partir da metodologia da pesquisa bibliográfica, com o intuito de identificar como é discutida a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelas pesquisas realizadas e publicadas no portal da Capes.

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Busca também conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (Martins, 2001, p. 41). Dessa forma, segundo o autor, a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que foi escrito, mas sim é considerado algo relevante na disseminação e construção daquilo que estudamos e analisamos.

#### **3.2 OBJETO DA PESQUISA**

Considerou-se como objeto da pesquisa artigos publicados entre os anos de 2019 e 2023, no Portal de Periódicos da Capes que abordaram a temática da inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse material buscou-se identificar elementos como título da obra, ano de publicação, autores, metodologia das atividades, entre outros assuntos.

#### **3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Considerou-se como instrumento de coleta de dados pesquisas uma ficha onde foram analisados artigos publicados, entre os anos de 2019 e 2023, no Portal de Periódicos da CAPES. Foram identificados elementos como título da obra, ano de publicação, autores, metodologia das atividades propostas, entre outros assuntos referentes à inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

#### **3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS**

Após a identificação dos artigos que abordaram a temática da inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, publicados entre os anos de 2019 e 2023, no Portal de Periódicos da CAPES, conforme delimitação já mencionada, foi realizada a análise das palavras-chave proposta pelos autores, logo em seguida realizou-se a leitura do resumo e finalmente do corpo do texto. Por fim, a análise se deu de forma qualitativa, buscando relacionar os dados obtidos com o apresentado no referencial teórico previamente estruturado.

### 3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Por se tratar de pesquisa bibliográfica considerou-se desnecessária a submissão e a apreciação de seu projeto ao conselho de ética em Pesquisa - Cep vinculado a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs.

### 3.6 RISCOS E BENEFÍCIOS

Por se tratar de pesquisa bibliográfica considera-se esse estudo isento de riscos. E como benefício, considera-se que este permitirá identificar como a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é abordada em estudos já realizados, o que possibilitará compreender o cenário atual que descreve esse contexto.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentadas as discussões dos resultados obtidos através das informações identificadas nos artigos, referentes a temática “a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, a partir da ficha de coleta de dados (Apêndice A).

### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS

Com o levantamento realizado, foram identificados 11 artigos que resultaram de pesquisas realizadas entre os anos de 2019 e 2023, disponibilizados no Portal de Periódicos da Capes, conforme tabela apresentada a seguir, pode-se citar os seguintes estudos:

Tabela 1- Apresentação dos Artigos relacionados no Portal da Capes

Artigo	Título	Ano de Publicação
01	A inserção de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) no contexto escolar, familiar e social	2021
02	Relato de experiência: o processo de inserção da criança com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar	2020
03	A criança com transtorno do Espectro Autista e seu primeiro contato de escolarização	2022
04	Autismo no Contexto Escolar: A Importância da Inserção Social	2019
05	A importância da escola no âmbito social da criança com transtorno do espectro autista	2020
06	Inclusão da criança com Espectro Autista em sala de aula: Desafios e perspectivas familiares	2021
07	Inclusão da Criança Autista no Âmbito Escolar	2023
08	O Processo de Inclusão de Crianças Autistas na Rede Regular de Ensino: um Olhar Docente	2021
09	A criança com transtorno do espectro autista (TEA): um estudo de caso da intervenção da Terapia Ocupacional a partir da teoria bioecológica do desenvolvimento humano	2018
10	Autismo: Concepções de profissionais de diferentes áreas sobre a intervenção precoce	2020

11	Inclusão de criança com Autismo em Sala de Aula	2022
----	---	------

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ainda que os artigos analisados estejam disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, esses também podem ser encontrados em outros repositórios, o que foi denominado nesta pesquisa como “local original da publicação”. E é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Local de origem das pesquisas

Artigo	Autores	Local original de publicação
01	Julia Munhos PartykaI, Eduardo Marçal Garcia, Ludmila Lopes Maciel Bolsoni, Maria Fernanda Piffer Tomasi Baldez da Silva	Experiência – Revista Científica de Extensão, Santa Maria, RS, Brasil, v. 7, n. 1, p. 23-43, 2021 Submissão: 07/06/21 • Aprovação: 04/06/2021 • Publicação: 23/06/21
02	Beatriz de Lira Gomes; Ana Paula de Siqueira Souza	<a href="http://revista.lapprudes.net/">http://revista.lapprudes.net/</a>
03	Elisangela da Silva França e Kelly Regina Miranda da Costa	Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE
04	Bruno Buemo, Felipe Alli, João Vicente Iracet, Leonardo Ribas, Roberto Pereira, Cristina Saling KrueI, Felix Miguel Nascimento Guazina, Janaína Pereira Pretto Carlesso	Res., Soc. Dev. 2019; 8(3):e2783822ISSN 2525-3409   DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i3.822">http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i3.822</a>
05	João Victor Bezerra Ramos, Clarissa Giovana Luna de Oliveira, Jacicarlos Lima de Alencar	Brazilian Journal of health Review
06	Parley Lopes Bernini Silva, Ana Paula Gouvêa, Silvana de Araujo Castro de Oliveira	Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 150-164, jul./dez. 2021
07	Laíza da Silva Vieira, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel	Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC).
08	Samuel Ilo Fernandes de Amorim, Luziete Jorge da Silva, Luiz Paulo da Penha Ferino, Felipe Lopes Diniz	DOI: 0.14295/idonline.v15i56.3164
09	Amanda Dourado Souza Akahosi Fernandes, Jamile Ferreira dos Santos, Giovana Garcia Morato	Fernandes ADSA, et al. A criança com transtorno do espectro autista

		(TEA). Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2018 maio-ago.;29(2):187-94.
10	Gabrielly Alberti, Denise Aparecida Martins Sponchiado	PERSPECTIVA, Erechim. v. 44, n. 168, p. 35-47, dezembro/2020 / DOI: <a href="https://doi.org/10.31512/persp.v.44.n.168.2020.114.p.35-47">https://doi.org/10.31512/persp.v.44.n.168.2020.114.p.35-47</a>
11	Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves	Id on Line Rev. Psic. V.16, N. 63, p. 584-595, Outubro/2022 - Multidisciplinar. ISSN 1981-1179

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Outros aspectos considerados relevantes na identificação do material analisado neste estudo foram o Objetivo Geral e as Palavras-chaves propostos pelos pesquisadores. Sendo esses:

Tabela 03: Elementos das pesquisas realizadas

Artigo	Objetivo Geral	Palavras-chaves
01	Investigar a inserção da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, familiar e social.	Inclusão social do autista. Autismo no ambiente familiar. Autismo no ambiente escolar. Dificuldade comunicativa do autista.
02	Identificar dificuldades e avanços no desenvolvimento do estudante.	Autismo. Desenvolvimento. Atividades. Escola.
03	Refletir sobre os primeiros contatos de escolarização da criança com Transtorno do Espectro Autista.	Transtorno do Espectro Autista. Educação Especial. Inclusão.
04	Discutir os desafios da sociabilização da criança autista no âmbito escolar.	Autismo. Criança. Escola. Sociabilização.
05	Compreender as implicações e potencialidades oferecidas pela escola, bem como a função dos atores essenciais nesse processo.	Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Educacional. Educação.

06	Perceber quais são os anseios das famílias de crianças com TEA para sua concretização do processo inclusivo frente às possibilidades de inserção em escolas regulares de ensino.	Autismo. Família. Inclusão Escolar.
07	Buscar entender como acontece a inclusão do aluno com TEA no âmbito escolar.	Autista. Inclusão. Ambiente.
08	Analisar o processo de inclusão de crianças autistas em uma escola regular de ensino no município de Iguatu, Ceará.	Autismo. Inclusão. Formação continuada.
09	Descrever e analisar o processo de intervenção da Terapia Ocupacional com uma criança com diagnóstico de TEA e sua família, à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Urie Bronfenbrenner.	Pré-escolar. Transtorno autístico. Desenvolvimento humano. Terapia ocupacional.
10	Conhecer as percepções dos profissionais de diferentes áreas quanto à intervenção precoce em crianças diagnosticadas com TEA, a qual envolve uma grande variedade de serviços e de atividades em nível social, médico e pedagógico.	Transtorno do Espectro Autista. Conceções. Intervenção Precoce. Inclusão.
11	Discorrer sobre a inclusão escolar de alunos com autismo.	Autismo. Educação. Inclusão.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A partir dos elementos aqui apresentados pode-se verificar que mesmo que esses estudos tenham como centralidade a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, outros temas se fizeram relevantes nas pesquisas realizadas, como a formação docente para a atuação com estudantes diagnosticados com TEA e o papel da família nesse processo.

#### 4.2 A INSERÇÃO DA CRIANÇA AUTISTA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Neste capítulo é apresentado o que os pesquisadores dizem nos artigos analisados sobre o Transtorno do Espectro Autista, como abordam a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como descrevem o papel da escola no processo de inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e ainda, como descrevem o papel da família e do professor neste processo.

Também é apresentado o papel do AEE no processo de inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que tipo de recurso pedagógico menciona, bem como o que fala sobre a formação do professor para lecionar com criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No primeiro artigo, o autismo é descrito como “um dos transtornos globais do desenvolvimento de maior relevância devido a sua alta prevalência” ( Julia Munhos PartykaI , Eduardo Marçal Garcia, Ludmila Lopes Maciel Bolsoni, Maria Fernanda Piffer Tomasi Baldez da Silva, 2021, p. 25), entretanto nos artigos seguintes, autores trazem o seguinte significado para o autismo: é um transtorno que atinge o neurodesenvolvimento, acarretando em dificuldades na comunicação, problemas em interação social e de comportamento (NASCIMENTO & CRUZ, 2015, p.03) ; a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia ( Elisangela da Silva França e Kelly Regina Miranda da Costa, 2022, p. 225).

O autismo é descrito como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por déficits na comunicação e interação social ( Bruno Buemo, Felipe Alli, João Vicente Iracet, Leonardo Ribas, Roberto Pereira, Cristina Saling KrueI, Felix Miguel Nascimento Guazina, Janaína Pereira Pretto Carlesso, 2019, p. 02).

As crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são caracterizadas por prejuízos em sua comunicação e na interação social, além de atividades e interesses restritos e comportamentos repetitivos (Anderson et al., 2016, p. 02); é um distúrbio de desenvolvimento que acompanha o indivíduo durante sua vida, assim como associa-se aspectos ligados à comunicação e ao comportamento e à interação social ( Parley Lopes Bernini Silva, Ana Paula Gouvêa, Silvana de Araujo Castro de Oliveira, 2021, p. 151).

Para Laíza da Silva Vieira, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel (2023, p. 171) o autismo é considerado como um transtorno de origem desconhecida, em que os estudos apenas sugerem alterações no metabolismo, por isso, como o radical da palavra indica, auto significa próprio, característica que perfeitamente define o autista, que se apresenta como uma pessoa fechada no seu próprio mundo e por isso retrata dificuldades de interação social, como se as respostas do meio em que vive não fizessem sentido

e, portanto adotam atitudes estranhas como: gestos repetitivos ou falta de consciência em relação a situações envolvendo perigo.

Segundo Samuel Ilo Fernandes de Amorim, Luziete Jorge da Silva, Luiz Paulo da Penha Ferino, Felipe Lopes Diniz, 2021 (p. 664 e 665) o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, de origem genética, que afeta, principalmente, a comunicação verbal e não verbal, caracterizada por movimentos repetitivos e dificuldade de interação social, bem como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento ao longo da vida e tem como principal característica a dificuldade em se comunicar e expressar o seu modo distinto de interpretar o mundo ao seu redor. Já para Amanda Dourado Souza Akahosi Fernandes, Jamile Ferreira dos Santos e Giovana Garcia Morato (2018, p. 188), trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento, o qual prejudica as interações sociais, a comunicação e o comportamento.

Conforme Gabrielly Alberti, Denise Aparecida Martins Sponchiado (2020, p. 37); são distúrbios neurobiológicos caracterizados por déficits persistentes na comunicação social e na interação social entre ambientes. São distúrbios que se desenvolvem na primeira infância e geralmente continuam por toda a vida.

Da mesma forma, Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves (2022, p. 584) afirmam que o Transtorno do Espectro Autista – TEA é um distúrbio neurofisiológico e a sua causa é desconhecida, porém, alguns pesquisadores atribuem-no a alterações bioquímicas, mas outros associam-no a distúrbios metabólicos hereditários, encefalites, meningites, rubéola contraída antes do nascimento ou até mesmo lesões cerebrais é um transtorno de neurodesenvolvimento que se caracteriza por um déficit na comunicação, na interação social e no comportamento.

Neste mesmo sentido, os artigos indicam que a criança com TEA precisa acima de tudo ser acolhida no espaço escolar para se sentir bem e permanecer na sala de aula ( Elisangela da Silva França e Kelly Regina Miranda da Costa, 2022). E que a criança no ambiente escolar aprende e se desenvolve com outras crianças ao se socializar ( 2019). E, ainda que a interação social entre a criança, colegas de turma e demais funcionários da escola mostrou-se capaz de desenvolver a habilidade de conexão existente no autista e, dessa forma, respeitando as suas individualidades, melhorar a maneira como se relaciona com os familiares, com outras pessoas e com o mundo (João Victor Bezerra Ramos, Clarissa Giovana Luna de Oliveira, Jacicarlos Lima de Alencar, 2020, p. 05).

No contexto educacional, por sua vez, a inclusão de cidadãos com deficiência é palco de constantes debates e discussões, levando à reflexão sobre novas possibilidades dentro do



processo de ensino e aprendizagem (Parley Lopes Bernini Silva, Ana Paula Gouvêa, Silvana de Araujo Castro de Oliveira, 2021, p. 151). E a Inclusão escolar promove às crianças com TEA oportunidades de convivência com outras crianças da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social (Laíza da Silva Vieira, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel, 2023, p. 174).

Pensar no processo de inclusão de uma criança com deficiência na rede regular de ensino é entender que esse processo é garantido por meio da Constituição Brasileira (Brasil, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que reconhecem o direito da educação para todos, propondo que o ensino seja baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos os alunos na escola (Samuel Ilo Fernandes de Amorim, Luziete Jorge da Silva, Luiz Paulo da Penha Ferino, Felipe Lopes Diniz, 2021, p. 665). E Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves (2022, p. 587) consideram que a inserção da criança autista é repleta de dificuldades e desafios, pois a escola é lugar de interação de outros alunos, dificultando assim a permanência desses alunos

Quanto ao papel da escola na inserção de crianças autistas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Costa (2017, p. 37) considera que o ingresso de uma criança autista em escola regular é um direito assegurado por lei. No entanto, também é essencial garantir que esses alunos continuem na escola, com acesso a oportunidades e meios para sua aprendizagem. Para tal fim, é imprescindível a preparação da escola para recebê-los. Diante do exposto, é de suma importância conhecer por completo o transtorno e avaliar que mudanças necessitam ser realizadas para incluir de fato tais alunos.

Para Beatriz de Lira Gomes e Ana Paula de Siqueira Souza, (2020) e Elisangela da Silva França e Kelly Regina Miranda da Costa (2022); a escola tem que dar suporte para receber os alunos e estar capacitada para atender a todos, principalmente o público da Educação Especial (com uma rotina flexível esses alunos vão obter frutos na vivência escolar.

Foi constatado que muitas escolas não possuem estrutura nem material adequado, por conta disso muitos não chegam ao ensino médio (Bruno Buemo, Felipe Alli, João Vicente Iracet, Leonardo Ribas, Roberto Pereira, Cristina Saling Krueel, Felix Miguel Nascimento Guazina, Janaína Pereira Pretto Carlesso, 2019, p. 08). E que a escola é vista como um meio de promover e potencializar a inclusão dessas crianças (João Victor Bezerra Ramos, Clarissa Giovana Luna de Oliveira, Jacicarlos Lima de Alencar, 2020);

Segundo Samuel Ilo Fernandes de Amorim, Luziete Jorge da Silva, Luiz Paulo da Penha Ferino, Felipe Lopes Diniz (2021), os professores questionam a inclusão de crianças

autistas na rede regular de ensino, pois acreditam que a escola não está preparada para atendê-los nada consta; às escolas observam o desenvolvimento atípico das crianças e comunicam os pais a procurarem ajuda, mas os mesmos não acabam levando a sério e não vão em busca de explicações (Gabrielly Alberti, Denise Aparecida Martins Sponchiado, 2020, p. 45). E, ainda, a escola se constitui como uma oportunidade para crianças autistas descobrirem e aprimorarem suas habilidades e potencialidades (Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, 2022, p. 586).

Quanto ao papel da família no processo de inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o primeiro artigo traz a ideia que os pais ou cuidadores têm de que as crianças possuem poucos amigos; os pais ou cuidadores conversam com as crianças mesmo que elas não conversam com eles; relatam não saber lidar com alguns comportamentos das crianças; as crianças fazem ou falam coisas que não têm relação com o momento e o assunto; outras pessoas estranham ou evitam as crianças; concorda que as crianças ficam agitadas em lugares públicos; os pais ou cuidadores responderam que a sociedade possui poucas informações sobre como se relacionar socialmente com um indivíduo autista; pais e cuidadores discordam sobre as crianças não gostarem de ir para a escola; discordam que as crianças não apresentam um bom desenvolvimento escolar; discordam que as crianças se desenvolvem melhor em matérias teóricas que práticas; pais e cuidadores discorda que as crianças não compreendem o que eles dizem; pais e cuidadores discorda que eles têm dificuldade em brincar com a criança ( Julia Munhos PartykaI , Eduardo Marçal Garcia, Ludmila Lopes Maciel Bolsoni, Maria Fernanda Piffer Tomasi Baldez da Silva, 2021, p. 34).

Para Elisangela da Silva França e Kelly Regina Miranda da Costa (2022); neste artigo nada consta a respeito; evidência da importância da figura dos pais como representantes e requerentes dos direitos dos filhos e além disso, como participantes desse processo de crescimento por meio de atividades e lições de casa. Já João Victor Bezerra Ramos, Clarissa Giovana Luna de Oliveira, Jacicarlos Lima de Alencar (202, p. 05) consideram que os pais compreendem a situação de seus filhos e os direitos que lhes convêm (Brasil, 2012). Ainda assim, reconhecem que há uma limitação docente que consiga suprir os desafios de seus filhos se comparados com os demais estudantes.

É notório entre os pais, suas preocupações e limitações acerca do que seus filhos poderão enfrentar ao se inserirem numa sala de aula, desde dificuldades de adaptação até o fato de talvez não receberem atendimento especializado através de um tutor capacitado (Parley Lopes Bernini Silva, Ana Paula Gouvêa, Silvana de Araujo Castro de Oliveira, 2021, p. 159 - 160); é importante que os pais tenham consciência que por ser um atraso no desenvolvimento,

deverão procurar a intervenção o quanto antes, para amenizar as limitações, com ajuda de uma equipe multidisciplinar: psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, entre outros.

O atraso na busca de um diagnóstico ocorre principalmente devido ao preconceito, principalmente por parte dos familiares e como consequência uma das principais características identificadas em meninos e meninas maiores estão relacionadas ao atraso na fala ou ao aspecto sensorial, em que ocorrem episódios de extremo estresse e euforia, sendo crianças agitadas e impulsivas (Laíza da Silva Vieira, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel, 2023, p. 173 e 176). Para Amanda Dourado Souza Akahosi Fernandes, Jamile Ferreira dos Santos, Giovana Garcia Morato (2018) é muito importante os pais participarem do planejamento e avaliação das intervenções de seus filhos. Percebe-se ainda que há muitos motivos para os pais/familiares não procurarem ajuda dos profissionais, sendo: falta de conhecimento, processo emocional de negação pelo qual os pais passam, críticas, preconceitos e a inviabilidade financeira (Gabrielly Alberti, Denise Aparecida Martins Sponchiado, 2020, p. 45);

Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, (2022) reconhecem a importância da escola em estimular a participação dos pais através de reuniões, debates e planejamentos, promovendo assim o melhor desenvolvimento do aluno.

No que se refere ao papel do professor no processo de inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os pesquisadores afirmam que o professor deve entender sobre o TEA, sua patologia para poder auxiliar dentro da sala de aula (Julia Munhos PartykaI , Eduardo Marçal Garcia, Ludmila Lopes Maciel Bolsoni, Maria Fernanda Piffer Tomasi Baldez da Silva, 2021) e que o professor deve trabalhar com o educando autista de várias formas, proporcionando múltiplas práticas pedagógicas (Elisangela da Silva França e Kelly Regina Miranda da Costa, 2022).

Ao referirem-se a relação professor e aluno, Aporta e Lacerda (2018) mostram que muitos professores acabam tendo uma visão comprometida da criança autista, pelo fato de julgar a condição do sujeito sem ter um conhecimento prévio do tema, ou seja, usando de um estereótipo em que o sujeito não tem capacidade de desenvolver seu potencial para as atividades.

Já Bruno Buemo, Felipe Alli, João Vicente Iracet, Leonardo Ribas, Roberto Pereira, Cristina Saling KrueI, Felix Miguel Nascimento Guazina, Janaína Pereira Pretto Carlesso (2019, p. 08) afirmam que o papel do professor é de suma importância desde o ato da matrícula do aluno até na socialização do mesmo com os demais colegas. E Laíza da Silva Vieira,

Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel, (2023, p. 176 - 177); identificaram em sua pesquisa que as professoras afirmaram que no início existiu certa dificuldade de interação e inclusão com esses alunos por não possuírem formação específica para lidar com crianças autistas, porém, as experiências pedagógicas facilitaram o processo, visto que ambas procuram conhecer esses alunos e seus interesses para que aconteça a inclusão.

Bortoleto (2018, p. 666) reconhece a existência da falta de conhecimento dos professores sobre o TEA e de práticas pedagógicas adequadas prejudicam a inclusão e a aprendizagem destes alunos e informações, bem como formações/capacitações, para o entendimento do TEA, poderiam contribuir para a construção de práticas pedagógicas

E Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves (2022, p. 590) consideram que o professor deve estar preparado para colaborar, tendo em vista que o professor é o profissional da escola que vai passar a maior parte do tempo com o aluno, e vai acompanhar os seus principais processos de aprendizagem e socialização.

Sobre o papel do AEE no processo de inserção da criança Autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pode-se verificar que a população não recebe o devido apoio, de modo que são poucos os alunos que recebem adequadamente o atendimento educacional especializado, como, por exemplo, o auxílio de um pedagogo, um educador especial no âmbito da sala de aula (Bruno Buemo, Felipe Alli, João Vicente Iracet, Leonardo Ribas, Roberto Pereira, Cristina Saling Krueel, Felix Miguel Nascimento Guazina, Janaína Pereira Pretto Carlesso, 2019, p. 08). E que o Atendimento Educacional especializado é voltado para a socialização desses estudantes para facilitar sua autonomia (Laíza da Silva Vieira, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel, 2023).

Sobre o recurso pedagógico utilizado para a inserção das crianças autistas trazido nos artigos são os seguintes: faz-se necessário planejar e criar estratégias pedagógicas que facilitem a inserção da criança no ambiente escolar e que proporcione o desenvolvimento garantido por lei (Beatriz de Lira Gomes; Ana Paula de Siqueira Souza, 2020, p.02). Giaconi e Rodrigues (2014) mencionam ações adaptativas preventivas como, imagens, mensagens verbais, gestualidade, predições, narrativas, trabalho em cima do realismo verbal e ações graduais ( Bruno Buemo, Felipe Alli, João Vicente Iracet, Leonardo Ribas, Roberto Pereira, Cristina Saling Krueel, Felix Miguel Nascimento Guazina, Janaína Pereira Pretto Carlesso, 2019, p. 09).

Nas escolas, uma equipe multidisciplinar, e o fornecimento de orientações e capacitações aos educandos e demais. Os trabalhadores são ferramentas que podem potencializar o processo (João Victor Bezerra Ramos, Clarissa Giovana Luna de Oliveira, Jacicarlos Lima de Alencar, 2020, p. 08).

Franco (2012) evidencia que as práticas pedagógicas devem ser organizadas intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por dada comunidade social. Nesse sentido, para Schmidt et al (2019), é o desconhecimento sobre o autismo que dificulta a elaboração de práticas pedagógicas que auxiliem na participação e na aprendizagem desses alunos, sendo então de suma relevância, impulsionar a formação docente para que este professor (a), a partir das características do autismo, garantam a efetividade da inclusão (Samuel Ilo Fernandes de Amorim, Luziete Jorge da Silva, Luiz Paulo da Penha Ferino, Felipe Lopes Diniz, 2021, p. 668 – 669). Segundo Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves (2022), a escola deve se adaptar e proporcionar brincadeiras influenciam no desenvolvimento, incluindo a socialização e a imaginação.

Quanto ao que dizem os artigos sobre a formação do professor para lecionar com crianças autistas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os pesquisadores afirmam tem que haver uma formação adequada dos professores para que haja benefícios a essas crianças (João Victor Bezerra Ramos, Clarissa Giovana Luna de Oliveira, Jacicarlos Lima de Alencar, 2020); que a formação docente é precária, incapaz de atender esses cidadãos. É notável que nos últimos anos a literatura vem historiando um aumento considerável de estudantes diagnosticados com TEA nas classes regulares de ensino, exigindo uma formação qualificada dos docentes e da escola em si (NUNES; SCHIMIDT, 2019), especialmente após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, em 2008 (WUO, 2019).

A proposta de uma formação a nível lato e que atenda a este público é, sem dúvidas, um avanço considerável a estes sujeitos com uma atenção para além da graduação (Parley Lopes Bernini Silva, Ana Paula Gouvêa, Silvana de Araujo Castro de Oliveira (2021); a equipe docente ainda é carente de estudos de aprofundamento nesta área, porém a escola busca incluir essas crianças dentro de suas possibilidades, adequando os currículos quando necessário e buscando parceria com a Secretaria de Educação do município de Terra Nova, PE (Laíza da Silva Vieira, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, Maricélia Félix Andrade Bringel, 2023, p. 177).

Segundo Melo (2014) a formação de um professor é um processo contínuo que ocorre diariamente na sala de aula, e isso se verifica quando o professor atua e reflete sobre sua prática docente, contemporizando e contextualizando seus conhecimentos, técnicas e recursos com sua realidade, na perspectiva de prepará-los para as possíveis diferenças sociais, tarefas e exigências especiais (FAVERO; SANTOS, 2005, p. 668); o professor deve estar sempre se especializando para adquirir conhecimento na área, para deste modo promover para esses alunos uma sala de

aula saudável ( Joice Carla dos Santos Nunes, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves, 2022).

#### 4.3 CONCEPÇÕES DECORRENTES DESTE ESTUDO

A partir dos artigos analisados e da realização do referencial teórico obtém-se as percepções abaixo descritas. A escola é uma instituição heterogênea, nela se encontram vários educandos com diferentes características e dentro deste grupo encontram-se crianças atípicas que possuem algum tipo de necessidade especial, elas precisam ser incluídas na sociedade e através deste contexto que trago o que diz o Ministério da Educação (Brasil, 2001, p. 08) a inclusão é descrita como a:

Garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Por meio da ideia de inclusão nos deparamos com crianças com o Transtorno do Espectro Autista, que segundo o autor, caracteriza-se por “um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento”, e salienta que, dentre estas áreas, geralmente a mais comprometida é a interação social (Silva et al, 2012, p. 6).

Através das considerações de Silva, sobre o autismo, percebe-se que essas crianças possuem grande dificuldade em se relacionar com outras crianças e pessoas. O número de crianças com TEA dentro da rede regular de ensino vem crescendo cada vez mais, por isso é de suma importância a Lei Berenice Piana que no seu artigo 3º, estipula os direitos da pessoa com autismo bem como:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - O acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

(Brasil, 2012).

Com a criação desta lei fica assegurada a permanência destas crianças na escola com os demais educandos. Mas nada está perfeito ainda, pois as escolas não estão preparadas para atender essas crianças, por não terem salas de aula com estrutura e nem material adequado para o aprendizado e desenvolvimento dessas crianças.

É muito importante para o desenvolvimento e adaptação de crianças com TEA na escola a participação e aceitação da família, para que juntos possam ajudar na aprendizagem e socialização de seus filhos. Crianças com autismo precisam de todo suporte possível para que possam frequentar o ambiente escolar, dentre eles citamos: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, entre outros.

Ainda há uma grande preocupação dos pais na permanência de seus filhos na escola por ainda não possuir professores capacitados, práticas pedagógicas que possam ajudar no processo de inclusão e aprendizagem. Professores tentam incluir essas crianças dentro de suas possibilidades, seja através de brincadeiras, materiais pedagógicos e através do lúdico para que assim haja a permanência dessas crianças na escola que é garantido por lei.

Cabe aqui à equipe pedagógica e professores dos anos iniciais analisar o grau de comprometimento das crianças com TEA, para que assim possa criar estratégias de intervenção para ajudar esses alunos na aprendizagem e desenvolvimento das atividades escolares. O professor quando se depara com uma criança autista em sua sala de aula, ele se sente paralisado, angustiado, impotente, diante da impossibilidade de poder ajudar, colaborar com o desenvolvimento desse educando.

Para que o aluno com TEA possa se sentir acolhido pela escola, ela deveria ter um espaço que ajudasse esse aluno como: desenhos na parede, ornamentação da sala, setas indicando os lugares como o banheiro, cantina, quadra poliesportiva, entre outros. que facilitariam e muito a interação e a circulação desses alunos.

Para que haja uma inclusão significativa no espaço escolar depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em querer se manter atualizado a respeito da criança com Transtorno do Espectro Autista e dessa maneira pesquisar estratégias de ensino para assim adaptar o conteúdo, escolher os melhores recursos pedagógicos e a sua didática a ser utilizada no espaço educacional possa a vir favorecer a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas diferenças.

## 5. CONCLUSÃO

O presente estudo intitulado “A inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: o que dizem as pesquisas”, teve como origem o desafio de responder o seguinte questionamento: como as pesquisas já realizadas discutem a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Neste sentido a criança com Transtorno do Espectro Autista enfrenta grandes desafios ao ingressar na escola de ensino regular e na comunidade que a mesma é inserida por haver escolas despreparadas e professores sem capacitação nenhuma para atender esse público de crianças que vem crescendo cada vez mais. Com o conhecimento dos principais documentos legais que norteiam a educação inclusiva, se tornou possível a inclusão desse público-alvo de crianças na escola regular.

As leis criadas vieram para fortalecer a permanência dessas crianças na instituição de ensino, que até então ficavam em casa sem auxílio nenhum e totalmente dependentes de seus pais e familiares. Cabe então à escola dar o suporte necessário a elas e porque não aos familiares que diante dessa situação ficam totalmente perdidos e sem chão.

A criança com autismo ao chegar na escola se sente insegura, por estar num ambiente de bastante barulho e por apresentar dificuldades em se socializar e tem ainda pela frente enfrentar um ambiente despreparado, professores com pouco ou nenhum conhecimento no que fazer para que essas crianças aprendam e se desenvolvam. Diante de tudo aquilo que foi estudado, considera-se relevante que seja investigado junto aos pais de crianças autistas sobre os desafios e possibilidades encontradas diante da inserção de seus filhos nos anos iniciais do ensino fundamental na rede regular de ensino, bem como um fácil acesso a profissionais da saúde que possam dar o suporte necessário a elas e seus familiares que tanto necessitam de apoio.

Portanto o presente estudo me possibilitou entender e compreender melhor o universo das pessoas com autismo, bem como as leis que os amparam e como é difícil para elas a inclusão e a inserção das mesmas nos anos iniciais de ensino fundamental.

Sabe-se que não é fácil tratar de inclusão escolar, pois há uma constante busca de um ensino de qualidade para esses alunos e a falta de preparo dos professores torna-se um empecilho, mas não pode ser um fator que negue a inclusão do aluno com deficiência na classe regular de ensino. Ainda há muito preconceito, mas não podemos perder a esperança de que um dia possamos dizer que foi difícil, mas vencemos.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Planalto. **Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: L12764 (planalto.gov.br).
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Altera a Lei 12.764/12 de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 2001.
- CAROLINE, Heil Mafra. **A transição da educação infantil para os anos iniciais na vida de uma criança com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola privada**. 51p.
- CARVALHO, C. V. C. Criança com Transtorno do Espectro Autista: O direito à educação. Cachoeira. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2014. 88f.
- CINTRA, R. G. G.; JESUINO, M. S.; PROENÇA, M. A. M. As possibilidades da EaD no processo de inclusão no ensino superior da pessoa com autismo: um estudo de caso. Revista de Educação, v. 14, n. 17, 2015.
- CONCHON, Dulcineia Andujar. **Autismo: desafios no processo de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental**. 5 p. Acesso em 19/09/2021.
- DE SCHIPPER, E.; et al. Ability and Disability in Autism Spectrum Disorder: A Systematic Literature Review Employing the International Classification of Functioning, Disability and Health-Children and Youth Version. Autism Research, v. 8, n. 6, p. 782-94, 2015.
- DUTRA, Claudia Pereira et al. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, jan. 2008.
- FÁTIMA RODRIGUES FERNANDES. Fundação José Luiz Egydio Setubal (org.). O Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1991.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon. SENAC, 1997.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, I. A. P.; et al. Motor learning characterization in people with autism spectrum disorder: A systematic review. *Dementia e Neuropsychologia*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 276-286, set. 2020.

OLIVEIRA, Aldeny Alves de. **As práxis inclusivas de crianças autistas nas escolas de educação infantil**. Acesso em 05/04/2024.

OLIVEIRA, G. G. VELOSO, L. M. M. **Principais desafios na inclusão dos estudantes com deficiência no sistema educacional**. *Revista Brasileira de Educação Básica*, ano 1, n. 2, p. 65- 70, jan./mar. 2017.

OLIVEIRA, J.; PAULA, C. S. Estado da arte sobre inclusão escolar de estudantes com transtornos do espectro do autismo no Brasil. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, São Paulo, v.12, n.1, p. 53-65, 2012.

SCOTTO, Arlete. **A inclusão escolar na rede de ensino estadual** (208). Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent\\_a.php?t](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t). Acesso em: 22 de abril de 2024.

SILVA, Ana Beatriz B. *Mundo singular: entenda o autismo* / Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

## APÊNDICES

**Apêndice A: Modelo de Ficha de coleta de dados**

Título:
Ano de publicação:
Autor(es):
Local:
Problema de pesquisa:
Palavras-chave:
Como descreve o TEA:
Como aborda a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:
Como descreve o papel da escola, do professor e da família no processo de a inserção da criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
O que fala sobre a formação do professor para lecionar com criança autista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental